

Ministério Público do Estado do Paraná
Divisão de Biblioteca
Sumários Correntes
v. 15, n. 148, março de 2022

Sumário dos periódicos recebidos em março de 2022



Revista Síntese
Direito Administrativo
v. 17, n. 195, mar. 2022

Assunto Especial

REFORMA ADMINISTRATIVA

DOCTRINA

1. Uma Análise Econômica e Social da Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020 (Reforma Administrativa)
Hélio Rios Ferreira9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Algumas Importantes Anotações sobre o Contrato de Construção e Suas Especificidades
Rogério Tadeu Romano 33
2. A Análise da Legalidade pelos Tribunais de Contas Estaduais das Contratações Temporárias de Servidores Públicos nos Estados e Municípios
Benigno Núñez Novo44
3. Impedimento para Participar de Licitação e Contratar com a Administração Pública Decorrente de Sanção Aplicada e Seus Desdobramentos Jurídicos
Marinês Restelatto Dotti53
4. Parecer Jurídico de Direito Educacional
Gisele Leite e Ramiro Luiz Pereira da Cruz69

Seção Especial

ACONTECE

1. Emenda Constitucional nº 103 e os Servidores Públicos (Artigos 37 a 40)
Ivan Barbosa Rigolin.....212
2. Emenda Constitucional nº 103 e os Servidores Públicos (Artigos 37 a 40)
Ivan Barbosa Rigolin225



**Revista Síntese
Direito de Família**
v. 22, n. 129, dez./jan. 2022

Assunto Especial

BEM DE FAMÍLIA - GARANTIA

DOCTRINA

1. A (Im)Penhorabilidade do Bem de Família Oferecido Como Garantia pelo Devedor Igor Ladeira dos Santos.....9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Filiação Natural e Filiação Socioafetiva Rogério Tadeu Romano..... 33
2. A Superveniência de Melhores Condições Econômicas Depois do Óbito e do Início do Recebimento da Pensão Faz Cessar o Direito ao Benefício Concedido aos Pais do Falecido? Bruno Sá Freire Martins..... 41

Seção Especial

ESTUDOS JURÍDICOS

1. Alienação Parental e Suas Consequências Jurídicas
Aline Conceição de Carvalho e Mariane Xavier da Silva180
2. Alienação Parental e os Reflexos Sociojurídicos
Alexandra Junia de Paula Torquette e Alexandre Alvez da Silva 194
3. A Necessidade da Justiça Restaurativa aos Casos de Alienação Parental:
Equilíbrio entre a Sanção e a Conscientização
Natasha Ingrid Menezes Amaral e Thaís Gonçalves Rigo 212



Revista Síntese
Direito Civil e Processual Civil
v. 23, n. 136, mar./abr. 2022

Assunto Especial

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

DOCTRINA

1. Dos Critérios Fixados pelos Tribunais para a Aplicação das Medidas Atípicas na Execução por Quantia Certa
Guilherme Antunes da Cunha e Silvia Victória de Medeiros da Rosa 9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Litisconsórcio Passivo Necessário na Ação de Dissolução Parcial de Sociedade: AgInt-EDcI-AREsp 639.591/R) e REsp 1.731.464/SP
Rodrigo Mazzei, Tiago Figueiredo Gonçalves e João Rafael Zanotti Guerra Frizzera Delboni 36

2. Notas Críticas Acerca do Descabimento da Oposição de Embargos de Declaração em Face da Decisão do Tribunal de Origem sobre a Admissibilidade do Recurso Especial Leandro Pereira Poyares e Osmar Innecco Pereira.....	50
3. Regras, Normas e Princípios Gisele Leite	77

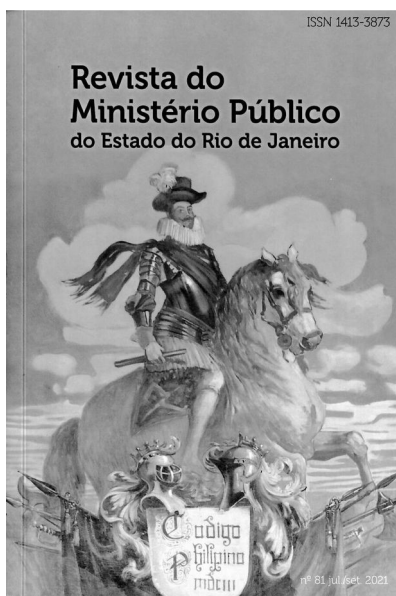
Seção Especial

EM POUCAS PALAVRAS

1. A Atualidade da Lei de Mediação (13.140) Daniel Ustárroz	191
--	-----

ESTUDOS JURÍDICOS

1. Regularização Fundiária Urbana (Reurb): a Importância do Registro de Imóveis no Contexto Social e Econômico de Efetivação da Dignidade da Pessoa Humana Ciro Silveira e Renan Ferreira Mota Rodrigues Meireles	194
2. <i>Jus Postulandi</i> nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: uma Análise do Princípio da Paridade das Armas nas Relações de Consumo Adriano Cardoso da Silva e Talyta Gracielly Teixeira Corrêa.....	213



**Revista do Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro**

n. 81, jul./ dez. 2021

Doutrina

Marcelo Lessa Bastos - *In memoriam*19

Ensaio sobre bem jurídico, deficientes mentais, estupro de vulnerável e o Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146/2015 x Lei nº 13.718/2018
Tiago de Lima Santos Reid.....21

Microssistema da tutela coletiva: análise dos meios de consensualidade e da possibilidade de acordo na esfera da improbidade administrativa, com o advento da Lei nº 13.964/2019
Adriana da Silva Clericuzi..... 37

Branqueamento de capitais e advocacia: os deveres de *compliance* e a responsabilização por seu descumprimento
Bárbara Dorati Ferrari..... 69

Capacidades institucionais e caminhos a serem percorridos para uma nova cena institucional democrática Bruno de Sá Barcelos Cavaco	103
Princípio da proibição da insuficiência: o dever do Estado de proteção mínima aos direitos sociais fundamentais Carolina Maria Gurgel Senra.....	127
Publicidade institucional: a linha divisória entre o dever de informação e a moção pessoal Emerson Garcia	155
Acordo de Não Persecução Cível - questões procedimentais e processuais Fabrício Rocha Bastos.....	167
Regras sobre honorários sucumbenciais aplicáveis aos processos iniciados na vigência do CPC-1973: uma crítica à solução construída no EAREsp n. 1.255.986/PR Fredie Didier Jr. Rafael Alexandria de Oliveira	183
Agente de Contratação como expoente de Governança na nova Lei de Licitações Marcela do Amaral B. De Jesus Amado.....	209
Improbidade administrativa no Estatuto da Cidade Renee do Ó Souza José Vicente Gonçalves de Souza.....	219
Sucinta análise sobre o novo crime de perseguição do art. 147-A do Código Penal - <i>stalking</i> Sauvei Lai	239